

# Sumário

<b>Capítulo 1 – Conceitos Preliminares .....</b>	<b>1</b>
1.1 Noções fundamentais .....	1
1.1.1 Normas, norma jurídica, direito e direito constitucional.....	1
1.1.2 Sistemas jurídicos: romano-germânico/ <i>civil law</i> e <i>common law</i> .....	3
1.1.3 Direito e direitos .....	5
1.2 Constitucionalismo: uma nota .....	8
1.3 Constituição e classificações .....	10
1.4 Direito, justiça e constituição .....	16
1.5 Direito, constituição e democracia .....	20
1.6 Enunciado normativo e norma .....	22
1.7 Espécies normativas: princípios e regras .....	24
1.8 Direito público e direito privado.....	29
1.9 Normas jurídicas e normas constitucionais: características.....	33
1.10 Eficácia jurídica e aplicabilidade .....	40
1.10.1 Modalidades de eficácia jurídica .....	43
1.10.1.1 Modalidade de eficácia jurídica: simétrica ou positiva .....	43
1.10.1.2 Modalidade de eficácia jurídica: nulidade .....	44
1.10.1.3 Modalidade de eficácia jurídica: ineficácia .....	44
1.10.1.4 Modalidade de eficácia jurídica: anulabilidade.....	44
1.10.1.5 Modalidade de eficácia jurídica: negativa.....	45
1.10.1.6 Modalidade de eficácia jurídica: vedativa do retrocesso.....	46
1.10.1.7 Modalidade de eficácia jurídica: penalidade .....	49
1.10.1.8 Modalidade de eficácia jurídica: interpretativa.....	49
1.10.2 Eficácia jurídica, aplicabilidade das normas constitucionais e algumas classificações .....	53
1.11 Efetividade .....	56
1.12 Interpretação constitucional.....	57
1.13 Direito constitucional.....	63
<b>Capítulo 2 – História Constitucional Brasileira.....</b>	<b>65</b>
2.1 O Império.....	65
2.2 Constituição de 1891 .....	66
2.3 Constituição de 1934 .....	67
2.4 Constituição de 1937 .....	68
2.5 Constituição de 1946 .....	69
2.6 Constituição de 1967/69.....	70
2.7 A constituinte de 1987/88, antecedentes da Constituição de 1988 e as primeiras décadas ....	70
<b>Capítulo 3 – Poder constituinte .....</b>	<b>77</b>
3.1 Poder constituinte originário .....	77
3.2 Poder constituinte derivado ou reformador.....	80
3.3 Poder constituinte decorrente .....	83

<b>Capítulo 4 – Direito constitucional intertemporal .....</b>	<b>85</b>
4.1 A Constituição nova e a constituição anterior .....	86
4.2 A Constituição nova e a ordem infraconstitucional anterior.....	87
4.3 A Constituição nova e as posições subjetivas anteriores .....	90
4.4 A Constituição de 1988 e a disciplina do direito intertemporal.....	93
4.5 As Emendas Constitucionais, a Constituição e a legislação infraconstitucional anterior...	94
<b>Capítulo 5 – Princípios constitucionais e seus corolários .....</b>	<b>97</b>
5.1 República (art. 1º, <i>caput</i> ) .....	97
5.2 Democracia (art. 1º, <i>caput</i> ).....	101
5.3 Estado democrático de direito (art. 1º, <i>caput</i> ).....	105
5.4 Dignidade humana (art. 1º, III) .....	108
5.5 Bem-estar social (art. 3º, IV) .....	112
5.6 Prioridade para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, e art. 170) .....	113
5.7 Soberania nacional (art. 1º, I, e art. 170, I) .....	114
5.8 Livre-iniciativa (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i> ).....	116
5.9 Valorização do trabalho humano (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i> ).....	119
5.10 Solidariedade (art. 3º, I) .....	121
<b>Capítulo 6 – Direitos fundamentais e ordem social .....</b>	<b>125</b>
6.1 Teoria dos direitos fundamentais.....	125
6.1.1 Nomenclatura.....	125
6.1.2 Centralidade da pessoa humana e de seus direitos .....	126
6.1.3 Destinatários dos direitos fundamentais.....	128
6.1.4 Destinatários dos deveres fundamentais que os direitos ensejam .....	130
6.1.5 Garantias dos direitos fundamentais .....	132
6.1.6 Interpretação, eficácia e aplicação dos direitos fundamentais.....	137
6.1.6.1 Restrições aos direitos fundamentais .....	146
6.1.6.1.1 Restrições aos direitos fundamentais e a pandemia de Covid-19.....	149
6.1.6.2 Direitos fundamentais e custos .....	151
6.2 O sistema constitucional dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 .....	155
6.2.1 Tratados internacionais sobre direitos humanos com <i>status</i> de emendas constitucionais.....	161
6.3 Direitos fundamentais em espécie .....	162
6.3.1 Direito à vida.....	162
6.3.2 Direito de não ser torturado ou submetido a tratamento desumano e degradante/Direito à integridade física e moral .....	166
6.3.3 Direito à imagem e à honra.....	168
6.3.4 Direito à intimidade, à vida privada e à inviolabilidade do domicílio e das correspondências e dados .....	171
6.3.5 Direito à liberdade.....	175
6.3.6 Liberdade de expressão.....	176
6.3.7 Liberdade religiosa .....	180
6.3.8 Liberdade de iniciativa e liberdade profissional .....	185
6.3.9 Liberdade de locomoção .....	186
6.3.10 Liberdade de reunião pública .....	188
6.3.11 Liberdade de associação .....	190
6.3.12 Direitos de propriedade e limites a sua restrição .....	191

6.3.13	Direitos políticos (votar, ser votado, participar e controlar) .....	195
6.3.14	Direito à legalidade.....	200
6.3.15	Direito à isonomia.....	204
6.3.16	Direito ao devido processo legal processual e seus corolários .....	209
6.3.17	Direitos no âmbito da ação sancionadora estatal. Limites ao poder punitivo do Estado.....	214
6.3.18	Direito ao devido processo legal substantivo – proporcionalidade e razoabilidade...	217
6.3.19	Direito à segurança .....	219
6.3.20	Direito à nacionalidade.....	229
6.3.21	Direito à informação e direito de petição.....	231
6.3.22	Direito de acesso ao Judiciário e aos remédios constitucionais .....	232
6.3.23	Direitos dos trabalhadores .....	236
6.4	Direitos fundamentais e ordem social.....	239
6.5	Direitos sociais em espécie .....	243
6.5.1	Direito à educação.....	243
6.5.2	Direito à saúde .....	246
6.5.3	Direito à previdência social.....	250
6.5.4	Direito à assistência social.....	251
6.5.5	Direito à renda básica familiar.....	252
6.5.6	Direito a alimentação, moradia, transporte e lazer.....	255
6.5.7	Direito à segurança .....	256
6.5.8	Direito ao meio ambiente saudável .....	256
6.5.9	Direitos de grupos vulneráveis .....	258
<b>Capítulo 7 – Organização do Estado e a Federação brasileira .....</b>		<b>261</b>
7.1	Conceitos preliminares.....	261
7.2	União .....	265
7.3	Estados.....	266
7.4	Distrito Federal.....	267
7.5	Municípios .....	268
7.6	Territórios federais.....	271
7.7	Distribuição de competências .....	271
7.7.1	Critérios de distribuição de competências.....	272
7.7.2	Bens .....	277
7.7.3	Competências político-administrativas.....	279
7.7.4	Competências legislativas.....	281
7.7.5	Competências tributárias .....	283
7.8	Poder Judiciário e Federação.....	283
7.9	As competências em interação: alguns exemplos .....	285
7.10	Conflitos de competências na Federação e critérios de solução .....	289
7.10.1	Poderes implícitos, competências gerais e específicas, e nacionais e locais.....	290
7.10.2	Conflito potencial entre Estado e Municípios: interesse local x interesse comum. Limites de cada competência. Regiões metropolitanas.....	292
7.11	Intervenção federal .....	295
7.12	A interpretação das competências federativas e controle social .....	298
7.13	A federação brasileira e a pandemia da Covid-19 .....	301
<b>Capítulo 8 – Separação e organização de Poderes. Representação política.....</b>		<b>303</b>
8.1	Separação de poderes: breve evolução histórica e do pensamento político.....	303
8.2	Sistemas de governo (presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo) e controle do poder político.....	310

8.3	O presidencialismo brasileiro.....	314
8.4	Separação de poderes como <i>cláusula pétrea</i> : uma nota .....	318
8.5	Representação política.....	320
8.6	Partidos políticos.....	324
8.7	Sistemas eleitorais .....	329
<b>Capítulo 9 – O Legislativo brasileiro .....</b>		<b>333</b>
9.1	Poder Legislativo .....	333
9.1.1	Câmara dos Deputados.....	334
9.1.2	Senado Federal.....	336
9.1.3	Legislativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	337
9.1.4	Regime jurídico dos parlamentares.....	338
9.1.4.1	Prerrogativas .....	338
9.1.4.2	Vedações.....	343
9.1.4.3	Perda do mandato .....	343
9.1.5	Poder Legislativo e suas competências .....	345
9.1.5.1	Competências normativas.....	346
9.1.5.1.1	Competências normativas com participação do Execu- tivo .....	346
9.1.5.1.2	Competências normativas sem participação do Execu- tivo (arts. 49, 51 e 52).....	347
9.1.5.2	Competências de controle e fiscalização.....	348
9.1.5.3	Comissões Parlamentares de Inquérito.....	352
9.2	Tribunais de Contas.....	356
9.3	Processo legislativo .....	361
9.3.1	Iniciativa .....	363
9.3.2	Discussão e votação.....	367
9.3.3	Sanção/veto, promulgação e publicação.....	371
9.3.4	O controle judicial do processo legislativo. O princípio do devido processo legislativo. ....	373
9.4	Espécies legislativas.....	375
9.4.1	Emendas constitucionais .....	375
9.4.2	Leis complementares e leis ordinárias .....	381
9.4.3	Leis delegadas.....	382
9.4.4	Medidas provisórias .....	383
9.4.5	Decretos legislativos e resoluções.....	385
<b>Capítulo 10 – Poder Executivo.....</b>		<b>387</b>
10.1	Poder Executivo: ingresso e garantias .....	390
10.1.1	Eleição e sucessão .....	390
10.1.2	Garantias.....	392
10.2	Poder Executivo: perda do mandato. O caso do <i>impeachment</i> .....	394
10.3	Competências .....	397
10.3.1	Introdução e reserva de administração .....	397
10.3.2	Competências normativas.....	399
10.3.3	Competências político-administrativas.....	400
<b>Capítulo 11 – Administração Pública.....</b>		<b>405</b>
11.1	Introdução: regime público e privado e suas recíprocas comunicações.....	405
11.2	Princípios e regras gerais da administração pública .....	407

11.2.1	Princípio da legalidade administrativa.....	408
11.2.2	Princípio da finalidade.....	410
11.2.3	Princípio da motivação.....	411
11.2.3.1	Motivação e direito administrativo sancionador.....	412
11.2.3.2	Motivação e análise de impacto regulatório.....	413
11.2.4	Princípios da segurança jurídica e da boa-fé.....	414
11.2.5	Autotutela e controles internos.....	415
11.2.5.1	LINDB: novos parâmetros.....	416
11.2.6	Princípio da impessoalidade.....	416
11.2.6.1	Licitações.....	418
11.2.6.2	Concurso público.....	420
11.2.7	Princípio da proporcionalidade.....	422
11.2.8	Princípio da moralidade.....	424
11.2.9	Princípio da publicidade.....	426
11.2.10	Princípio da eficiência.....	428
11.3	Agentes públicos.....	429
11.4	Uma nota sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividades econômicas.....	435
11.5	Uma nota sobre a responsabilidade civil do Estado.....	435
<b>Capítulo 12 – Poder Judiciário.....</b>		<b>439</b>
12.1	Função jurisdicional e Poder Judiciário: introdução.....	439
12.2	Organização do Poder Judiciário.....	445
12.2.1	Órgãos do Poder Judiciário e distribuição constitucional de competências.....	445
12.2.2	Justiça Estadual.....	447
12.2.3	Justiça da União.....	448
12.2.4	Justiça Eleitoral.....	448
12.2.5	Justiça do Trabalho.....	449
12.2.6	Justiça Militar.....	450
12.2.7	Justiça Federal comum.....	450
12.2.8	Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	452
12.2.9	Supremo Tribunal Federal – STF.....	454
12.3	Princípios constitucionais de organização do Poder Judiciário.....	455
12.4	Princípios constitucionais de funcionamento do Poder Judiciário.....	456
12.5	Funções essenciais à Justiça.....	458
<b>Capítulo 13 – Ordem econômica, tributação, orçamento e finanças públicas.....</b>		<b>461</b>
13.1	Ordem econômica.....	461
13.1.1	Introdução: direito constitucional e ordem econômica.....	461
13.1.2	A ordem econômica na Constituição de 1988.....	464
13.1.2.1	Fundamentos da ordem econômica.....	464
13.1.2.2	Princípios setoriais da ordem econômica (art. 170).....	467
13.1.3	Agentes econômicos e seus papéis.....	470
13.1.3.1	Agentes privados.....	470
13.1.3.2	Agentes estrangeiros.....	472
13.1.3.3	Cooperativas.....	473
13.1.3.4	Terceiro setor.....	474
13.1.4	Estado.....	475
13.1.4.1	Modalidades de intervenção estatal na ordem econômica.....	476
13.1.4.2	Disciplina/regulação.....	477

	13.1.4.2.1	A política urbana.....	478
	13.1.4.2.2	A política rural .....	480
	13.1.4.2.3	O sistema financeiro .....	481
	13.1.4.3	Fomento.....	482
	13.1.4.4	Atuação direta.....	484
13.2		Tributação .....	488
13.2.1		Introdução: direitos fundamentais, limites e possibilidades do Estado e Federação.....	490
13.2.2		Limitações ao poder de tributar .....	492
	13.2.2.1	Limitações ao poder de tributar: proteção do contribuinte .....	493
	13.2.2.2	Limitações ao poder de tributar: promoção de fins constitucionalmente relevantes.....	498
	13.2.2.3	Limitações ao poder de tributar: federação .....	500
13.2.3		Competências legislativas em matéria tributária .....	501
13.2.4		Espécies tributárias e repartição federativa.....	503
	13.2.4.1	Impostos e repartição das receitas tributárias.....	504
	13.2.4.2	Taxas .....	507
	13.2.4.3	Contribuições de melhoria .....	509
	13.2.4.4	Empréstimos compulsórios .....	510
	13.2.4.5	Contribuições .....	510
13.3		Orçamento e finanças públicas.....	513
13.3.1		Introdução.....	513
	13.3.1.1	Orçamento, finanças públicas e direitos fundamentais das gerações presentes e futuras.....	513
	13.3.1.2	Orçamento e controle de constitucionalidade.....	516
13.3.2		Sistema constitucional orçamentário.....	518
	13.3.2.1	Orçamento autorizativo ou impositivo?.....	520
	13.3.2.2	Princípios constitucionais orçamentários.....	521
13.3.3		Sistema constitucional das finanças públicas.....	523
13.3.4		Orçamento, finanças públicas e o enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	526
<b>Capítulo 14 – Controle de constitucionalidade.....</b>			<b>529</b>
14.1		Controle de constitucionalidade: introdução e breve histórico.....	529
14.2		Inconstitucionalidade: algumas classificações.....	532
	14.2.1	Inconstitucionalidade formal e material .....	532
	14.2.2	Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	534
	14.2.3	Inconstitucionalidade originária, superveniente e processo de inconstitucionalização/inconstitucionalização progressiva.....	538
	14.2.4	Inconstitucionalidade direta e indireta/reflexa.....	540
	14.2.5	Constitucionalidade em tese/em abstrato e inconstitucionalidade em concreto .....	541
14.3		Modelos clássicos de controle judicial ou quase judicial de constitucionalidade e suas características.....	544
14.4		O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário .....	553
	14.4.1	O controle difuso e incidental.....	554
	14.4.1.1	A reserva de plenário: art. 97 e a Súmula Vinculante nº 10 do STF...	556
	14.4.1.2	O STF, o recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante.....	558
	14.4.2	Controle de constitucionalidade concentrado.....	566
14.5		Ações perante o STF .....	569
	14.5.1	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI).....	569
	14.5.2	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	576

14.5.3	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	578
14.5.4	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por omissão .....	581
14.5.5	Mandado de injunção (MI).....	585
14.5.6	Representação interventiva .....	588
14.6	Controle concentrado no âmbito dos Tribunais de Justiça .....	590
14.7	Controle de constitucionalidade de emendas à Constituição .....	592
14.8	Controle de constitucionalidade: classificações (um esforço didático) .....	596
14.8.1	Quanto à natureza do órgão de controle .....	596
14.8.2	Quanto aos órgãos judiciais competentes para o controle.....	597
14.8.3	Quanto ao modo como o controle é levado a cabo.....	598
14.8.4	Quanto ao momento do controle .....	599
14.8.5	Quanto à obrigatoriedade de haver controle .....	600
14.8.6	Quanto à eficácia da decisão de controle .....	601
14.8.7	Quanto ao objeto das decisões de controle de constitucionalidade.....	603
14.8.8	Quanto aos efeitos objetivos da decisão que declara norma inconstitucional ....	604
14.8.9	Quanto aos efeitos subjetivos da decisão que declara norma inconstitucional....	606
14.8.10	Quanto aos efeitos no tempo da decisão que declara norma inconstitucional ....	609
14.9	Legitimidade do controle de constitucionalidade .....	611
14.10	Controle de constitucionalidade e interpretação constitucional .....	617
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>621</b>